DOMINGO

TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A SUA CIDADE

R$ 5,00

Tribuna Liberal

15 de Fevereiro de 2026
Nº 9.679
34 anos

◆ SUMARÉ (CENTRO | NOVA VENEZA | PICERNO | MARIA ANTONIA | ÁREA CURA | MATÃO) ◆ HORTOLÂNDIA ◆ NOVA ODESSA ◆ MONTE MOR ◆ ELIAS FAUSTO ◆ PAULÍNIA ◆ CAMPINAS ◆ AMERICANA

MONTE MOR

Câmara dará licença-prêmio a comissionados

PÁGINA 09

14H ÀS 18H

Nova Odessa realiza Folia Kids no Parque das Crianças

PÁGINA 04

GESTANTES

Americana inicia novos atendimentos para mães

PÁGINA 05

Corrida eleitoral já mobiliza 29 pré-candidatos na região

DIVULGAÇÃO

Calendário eleitoral está definido e região decidirá representantes em menos de oito meses

Cenário começa a se desenhar para o pleito de outubro deste ano com políticos articulando projetos para chegar à Alesp e à Câmara dos Deputados, em Brasília; Sumaré, Hortolândia e Americana lideram na quantidade de postulantes

A corrida eleitoral para as eleições de 2026 já movimenta os bastidores políticos da região, que conta atualmente com 29 pré-candidatos a deputado estadual e federal. Mesmo antes do início oficial do período eleitoral, partidos e lideranças intensificam articulações e alianças. O objetivo é ampliar a representatividade regional na Alesp e na Câmara dos Deputados. Sumaré, Americana e Hortolândia concentram a maioria dos nomes. Reeleições e novas apostas marcam o cenário. Até outubro, quadro ainda deve sofrer alterações com as definições partidárias. PÁGINA 07

Transporte por aplicativo marca nova concessão em Hortolândia

Prefeitura anuncia modelo sob demanda por meio de contrato com duração de 15 anos; padrão pensado inclui até linhas fora do horário regular; frota será ampliada de 35 para 44 ônibus com ar-condicionado e wi-fi PÁGINA 06

PROJETO PROTOCOLADO

Paulínia pretende disciplinar as contratações temporárias

O prefeito de Paulínia, Danilo Barros (PL), protocolou na Câmara Municipal projeto de lei que visa disciplinar as contratações administrativas temporárias no âmbito da administração pública. A proposta autoriza a realização de contratos por até 12 meses, prorrogáveis por igual período, em casos de necessidade temporária e excepcional interesse público. As contratações poderão ocorrer em situações como substituição de servidores afastados, emergências na saúde, educação, segurança e Defesa Civil. PÁGINA 08

DIVULGAÇÃO

Danilo Barros enviou projeto para Câmara de Paulínia

NORMAS URBANÍSTICAS

Henrique destrava projetos em Sumaré com nova lei em vigor

DIVULGAÇÃO

Prefeito de Sumaré atende demanda de empreendedores

O prefeito de Sumaré, Henrique do Paraíso (Republicanos), sancionou a lei que atualiza dispositivos de regras urbanísticas do município e deve destravar projetos que estavam paralisados por entraves técnicos e jurídicos. A nova legislação consolida ajustes considerados essenciais para garantir maior clareza nas normas, segurança jurídica aos empreendedores e mais eficiência nos processos administrativos. As mudanças atendem demandas antigas do setor da construção civil e da população. PÁGINA 03

CHARGE

DIAS DE FESTA

Paulínia reforça combate à perturbação do sossego durante Carnaval

PÁGINA 08

EXPEDIENTE

Diretor Executivo: **Ney Soares**
Edição: **Paulo Medina**
Reportagens: **Paulo Medina**, **Cézar Oliveira** e **Beth Soares**
Design Gráfico e Arte: **Fábio Leite**
Departamento Jurídico: **Paulo Roberto Pires de Lima** (OAB/SP 114.102)

Publicado pela empresa jornalística KLM Jornais e Revistas Ltda - CNPJ 08.767.796/0001-14
Em São Paulo (Sucursal): Fone (11) 4133-0154
sucursal@sucursal.com.br
Veccon Prime Center: Estrada Municipal Teodor Condiev, 970 - Salas 1403 e 1404 - Jardim Res. Veccon - Sumaré/SP
Cep 13.171-105 - Fones (19) 3903-5020 | 3367-9220

(FUNDADO EM 08 DE JUNHO DE 1991)

Clima Região

Sol com muitas nuvens durante o dia e períodos de céu nublado. Noite de céu limpo.

TEMPERATURA

Mínima **21º** • Máxima **33º**

Loterias

MEGA-SENA

Concurso 2972
5ª feira, 12 de Fevereiro de 2026

09 10 15 46 49 51

LOTOFÁCIL

Concurso 3612
5ª feira, 12 de Fevereiro de 2026

04 06 08 09 11
14 15 16 17 18
19 20 21 22 25

QUINA

Concurso 6952
5ª feira, 12 de Fevereiro de 2026

01 02 57 62 79

LOTOMANIA

Concurso 2887
4ª feira, 11 de Fevereiro de 2026

00 02 04 05 13
14 20 30 36 49
69 76 77 78 81
85 88 90 96 97

DUPLA SENA

Concurso 2924
4ª feira, 11 de Fevereiro de 2026

1º SORTEIO

04 13 17 32 37 46

2º SORTEIO

02 10 11 26 31 37

Telefones úteis

SUMARÉ

BRK Ambiental.....0800 771-0001
Bombeiros.....193
Delegacia de Polícia.....3873-1518
UPA Macarenko.....3903-1455
Prefeitura Municipal.....3399-5100
Seminário.....3399-5700
Câmara Municipal.....3883-8810
Fórum.....3873-2811
Delegacia da Mulher.....3873-3493
Ciretran.....3883-7100
Guarda Municipal.....3873-2656
Polícia Militar.....190 / 3873-1918
Conselho Tutelar.....3828-7893
Procon.....3399-5031
Hospital Regional.....3828-4727
Rodoviária.....3873-2026
Cartório de Registro Civil.....3828-1739
Iluminação Pública.....0800-779 2000

HORTOLÂNDIA

Sabesp.....3865-1091
Bombeiros.....193 / 3236-3733
Delegacia de Polícia.....3865-2517
Prefeitura Municipal.....3965-1400
Câmara Municipal.....3897-9900
Ciretran.....3897-6022
Guarda Municipal.....3809-8000
Polícia Militar.....190 / 3897-6033
1º Distrito Policial.....3887-1701
2º Distrito Policial.....3909-9003
Conselho Tutelar..... 3865-3287
Procon.....3809-2289
Defesa Civil.....3897-9852
Maternidade.....3809-5100
Emergência.....192 / 3897-5944
Zoonozes (CCZ).....3897-5974

Racismo Estrutural: quando a cor determina o olhar, a suspeita e a sentença

Luiz Carlos Luciano é Economista da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Sumaré, Contador, Pós Graduado em Contabilidade Gerencial e Controladoria, Professor de Matemática e Especialista em Gestão Pública pela UNICAMP. Foi Secretário de Finanças e Orçamento de Sumaré-SP no período de 2005 a 2012

O racismo estrutural é a forma como a discriminação racial se enraíza nas instituições, nas práticas sociais e nas relações de poder, ultrapassando atitudes individuais e manifestando-se de maneira sistemática e persistente.

Não se trata apenas de ofensas explícitas, mas de um conjunto de mecanismos históricos, econômicos e culturais que produzem desigualdades e colocam pessoas negras em posições recorrentes de desvantagem, suspeita e vulnerabilidade.

Ao longo do tempo, essas estruturas naturalizam privilégios para alguns e barreiras para outros, tornando o racismo um fenômeno que se reproduz mesmo sem declarações abertamente preconceituosas.

Veja o caso do ex-porteiro Rodnei Ferraz que denunciou ter sido vítima de ofensas racistas por alunos de uma escola particular no distrito de Barão Geraldo, em Campinas (SP).

Segundo ele, três estudantes do ensino médio o chamaram de "negro sujo", "macaco" e "sub-raça" após serem advertidos por comportamento indisciplinado, em 15 de dezembro de 2025.

Rodnei afirma que, ao comunicar o ocorrido à direção da escola, foi demitido dias depois, o que considera uma represália injusta. Segundo ele, não houve apuração transparente dos fatos nem abertura de um processo interno que garantisse a sua escuta e defesa adequadas.

A dispensa, na sua perspectiva, reforça a sensação de desamparo vivida por trabalhadores que denunciam situações de discriminação. Para além da perda do emprego, o episódio representa também um abalo moral e profissional, ao transmitir a mensagem de que a denúncia do racismo pode resultar em punição para a própria vítima.

O caso evidencia a brutalidade do racismo cotidiano e não pode ser visto como um episódio isolado. Ele reflete uma estrutura histórica e social que naturaliza privilégios para uns e suspeitas para outros. Para compreender o que significa racismo estrutural, basta observar como situações semelhantes recebem tratamentos profundamente distintos.

Em junho de 2025, um adolescente branco de 17 anos foi detido acusado de invadir dezenas de condomínios de luxo em vários estados do Brasil, causando prejuízo estimado em mais de R$ 30 milhões.

Segundo as investigações, ele agia com planejamento: usava roupas de grife, mochilas caras, disfarces e conhecia previamente as plantas dos edifícios. Subtraía joias, relógios, dinheiro e bolsas de alto valor.

O delegado responsável declarou que a "boa aparência" facilitava suas ações e afirmou que ele "não tem cara de bandido". A frase é reveladora. Ela expõe uma construção social perigosa: existe, no imaginário coletivo, uma "cara de bandido". E essa cara, quase sempre, é negra.

Mesmo diante de um prejuízo milionário e de indícios de participação em quadrilha, o jovem teve sua identidade preservada, como determina a lei, por ser menor de idade.

A legislação existe para proteger adolescentes, e deve ser respeitada. No entanto, a reflexão necessária é outra: quantos jovens negros, mesmo menores, são expostos publicamente, têm suas imagens divulgadas ou são previamente condenados pela opinião pública antes mesmo do julgamento?

No dia 7 de julho de 2025, em Parelheiros (SP), Guilherme Dias Santos Ferreira, 26 anos, marceneiro, negro, corria para pegar um ônibus após o trabalho. Um policial militar de folga, que havia reagido a um assalto, viu Guilherme correndo e atirou. O tiro atingiu sua cabeça. Guilherme não tinha qualquer envolvimento com o crime.

O policial foi preso em flagrante por homicídio culposo, pagou fiança e responderá em liberdade. A viúva afirmou que seu marido foi confundido simplesmente por ser um jovem negro correndo na rua.

Aqui está o contraste brutal: enquanto um jovem branco invade condomínios de luxo, ameaça funcionários e ostenta uma riqueza incompatível com a sua idade, e, ainda assim, beneficia-se de uma aparência que joga a seu favor, um jovem negro corre para apanhar o ônibus após o trabalho e tem a sua aparência a jogar contra si, ao ponto de lhe custar a própria vida.

O racismo estrutural não se resume a um insulto explícito, embora esse seja o seu rosto mais visível. Ele manifesta-se quando a sociedade associa automaticamente a criminalidade à cor da pele, quando a autoridade pública enxerga ameaça onde existe apenas um trabalhador a correr, quando a chamada "boa aparência" se torna sinônimo de branquitude, quando a palavra de um funcionário negro vale menos do que a de alunos que o ofendem e quando a punição social se revela mais dura, mais célere e mais letal para corpos negros.

Trata-se de um mecanismo que opera silenciosamente nas decisões institucionais, nos discursos das autoridades, nas abordagens policiais, nas salas de aula e nas empresas, perpetuando desigualdades de forma contínua e naturalizada.

O caso do porteiro demitido é emblemático. Jovens adolescentes reproduziram ofensas racistas gravíssimas. Ao denunciar, ele perdeu o emprego. A mensagem implícita é devastadora: preservar a imagem da instituição vale mais do que combater o racismo.

Essa lógica reforça a estrutura. Ensina aos agressores que o poder os protege e que as suas atitudes podem permanecer impunes quando amparadas por privilégios sociais. Ensina às vítimas que denunciar pode custar caro, seja com a perda do emprego, com o isolamento ou com o descrédito da sua palavra.

Além disso, consolida um ambiente de medo e silêncio, no qual muitos preferem suportar a injustiça a enfrentar possíveis retaliações. Com isso, perpetua-se um ciclo em que a desigualdade se normaliza e a responsabilidade raramente alcança quem pratica a discriminação.

Não se trata de colocar negros contra brancos. Trata-se de reconhecer que a sociedade brasileira foi construída sobre desigualdades raciais profundas, herdadas de séculos de escravidão e exclusão. Ignorar isso é perpetuar o problema.

É preciso investir numa educação antirracista nas escolas, públicas e privadas, promover a responsabilização efetiva por injúria racial e racismo, garantir formação contínua das forças de segurança para evitar abordagens baseadas em perfil racial e assumir um compromisso institucional real, que vá além dos discursos e se traduza em práticas concretas de igualdade e justiça.

O racismo estrutural não se manifesta apenas nas estatísticas. Ele aparece nas frases aparentemente inocentes, nas suspeitas automáticas, nas decisões administrativas e, tragicamente, nos disparos que tiram vidas.

Enquanto a cor da pele continuar determinando quem é visto como ameaça e quem é visto como "bom rapaz", o Brasil seguirá falhando com parte da sua população.

Combater o racismo estrutural não é uma questão ideológica, é uma questão de justiça, dignidade e humanidade. Trata-se de assegurar que todas as pessoas sejam reconhecidas como sujeitos de direitos, independentemente da cor da sua pele ou da sua origem social.

É afirmar que a vida, a honra e as oportunidades não podem ser condicionadas por preconceitos históricos que ainda moldam decisões e comportamentos. Enfrentar essa realidade exige coragem coletiva, compromisso institucional e uma transformação profunda das práticas sociais, para que a igualdade deixe de ser apenas um princípio constitucional e se torne uma experiência concreta no quotidiano de todos.

O novo imperialismo deslocando as peças do tabuleiro da geopolítica mundial

Alberto do Amaral é professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Internacional, atuando em Comércio Internacional, Mercosul, Direito Internacional, Direitos Humanos e Direitos do Consumidor

O novo imperialismo é o tema da primeira coluna do ano do professor Alberto do Amaral, que dá início à sua análise distinguindo o imperialismo clássico, que prevaleceu no século 19 e começo do século 20, a aquele encabeçado pelos EUA e pela União Soviética logo após o fim da Segunda Grande Guerra. Hoje, por sua vez, o imperialismo se caracteriza pela divisão em áreas de influência.

"O novo imperialismo se caracteriza assim por uma linguagem econômica, fundamentalmente conquista de novos mercados, a utilização de intervenções militares, mas com o fim fundamentalmente de obter objetivos econômicos. O novo imperialismo define assim o aparecimento de uma nova geografia econômica mundial [...] É importante observar que a ação dos Estados Unidos em 3 de janeiro de 2026, que capturou o presidente Nicolás Maduro e sua esposa, Cilia Flores, enquadra-se perfeitamente bem na nova doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos. Tentou-se construir uma justificação dessa intervenção com base no tráfico de drogas, o presidente Maduro lideraria, segundo a opinião do governo Trump, o tráfico de drogas na Venezuela, o Cartel de Los Soles, esta afirmação foi comprovadamente falsa e isso foi importante para tentar justificar a ação dos Estados Unidos com relação ao afundamento de embarcações no mar do Caribe e no Oceano Pacífico. Os Estados Unidos também alegavam que era necessário interferir para coibir a migração ilegal de venezuelanos para o território norte-americano."

"Com a intervenção dos Estados Unidos na América", prossegue Amaral, "é importante observar que os Estados Unidos se consideram como país que tem fundamentalmente influência no continente norte-americano e que tem a responsabilidade de agir para a preservação dos seus interesses. A América seria assim uma espécie de quintal dos interesses norte-americanos; e aqui a presença da China é vista como uma grande ameaça aos Estados Unidos, não tanto uma ameaça militar, mas sobretudo uma ameaça econômica. Não é uma questão estratégica, mas é uma questão que, ligada à renovação dos interesses americanos por investimentos, pelo petróleo, por materiais críticos, pela importância econômica que tem a América Latina no contexto internacional, a América Latina seria assim uma área exclusiva de interesse norte-americano, mas isto oferece também uma possibilidade aos países latino-americanos de, diante de uma ameaça externa, poder se unir para enfrentar uma ameaça comum. Por exemplo, isto poderia fortalecer o grau de integração na América Latina e essa integração poderia ser capitaneada ou liderada por países como o Brasil, o México, o Chile e a Colômbia".

Começa novo ciclo de encontros do programa Mãe Americanense

LEIA MAIS NA PÁGINA 05

Henrique atualiza regra urbanística e vai 'destravar' projetos em Sumaré

Executivo sancionou lei que revisa uso e ocupação do solo, promovendo ajustes técnicos em normas locais a fim de corrigir lacunas que travavam aprovações de empreendimentos na cidade, atendendo demandas antigas de setores

DIVULGAÇÃO

Novas regras garantem mais segurança jurídica e agilidade administrativa para empreendedores

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O prefeito de Sumaré, Henrique do Paraíso (Republicanos), sancionou a lei que atualiza dispositivos de regras urbanísticas do município e deve destravar projetos que estavam paralisados por entraves técnicos e jurídicos. A medida, publicada no Diário Oficial, altera trechos da Lei Municipal nº 7.225/2023, que regulamenta o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

A nova legislação consolida ajustes considerados essenciais para garantir maior clareza nas normas, segurança jurídica aos empreendedores e mais eficiência nos processos administrativos. Segundo a publicação, as mudanças atendem demandas antigas do setor da construção civil e da população, que enfrentavam demora na análise e aprovação de projetos.

A revisão foi elaborada após estudos técnicos conduzidos pelas secretarias de Planejamento, Obras e Justiça, com supervisão da Secretaria de Governo. O texto está alinhado ao Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

Apesar das mudanças, a estrutura central da legislação foi preservada. Permanecem inalterados o macrozoneamento, o mapa de zoneamento, as zonas de uso e as diretrizes do Plano Diretor. As alterações concentram-se em correções redacionais, padronização de termos, inclusão de dispositivos e atualização de índices urbanísticos, adequando a lei à realidade atual da cidade.

Entre os pontos revisados estão as regras para parcelamento do solo, exigências para áreas verdes e institucionais, parâmetros de recuos, taxa de ocupação, permeabilidade e critérios técnicos para projetos de drenagem urbana. A norma passa a exigir, por exemplo, estudos detalhados sobre áreas inundáveis, bacias hidrográficas e cotas de cheia.

A legislação também atualiza as normas sobre águas pluviais, determinando a apresentação de Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs), levantamento planialtimétrico georreferenciado e o cumprimento da lei municipal específica. Há ainda regras diferenciadas para glebas e lotes de menor dimensão.

CONTRAPARTIDAS

Outro avanço é a reformulação das regras da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC). A nova lei define com mais clareza a forma de cálculo, os fatores por zona urbana e as modalidades de contrapartida, que podem incluir recursos financeiros, obras viárias ou implantação de equipamentos públicos.

Parte das mudanças busca suprir lacunas que impediam a regularização de imóveis residenciais, comerciais e industriais. A falta de regulamentação detalhada vinha causando represamento de processos e acúmulo de demandas nos setores técnicos da prefeitura.

Com a sanção, a expectativa é reduzir o passivo administrativo, acelerar a liberação de obras e oferecer mais previsibilidade para investidores, construtores e moradores. A partir de agora, caberá às secretarias responsáveis regulamentar e orientar profissionais e cidadãos sobre a aplicação das novas regras, que passam a nortear o crescimento urbano de Sumaré.

Reduzindo custos das pequenas e médias empresas

Email: drzerocost@gmail.com
Blog: www.drzerocost.com.br

Da porteira para fora (456)

O comportamento racional é fazer o mínimo defensável

Durante anos, repetiu-se no Brasil uma explicação cômoda para a baixa produtividade: o problema estaria no trabalhador. Falta de cultura, de disciplina, de qualificação. A narrativa é sedutora porque desloca a responsabilidade do sistema para o indivíduo. Mas ela é errada.

A experiência concreta (vivida por mim) mostra outra coisa.

Em determinado momento, uma fábrica sueca de relés passou a operar sob pressão extrema. O México havia recebido um empréstimo-ponte internacional e começou a demandar de tudo, inclusive relés. O problema não era capital nem mercado — era mão de obra. A solução foi convocar trabalhadores buscados nas unidades espalhadas da empresa. E, nesse contexto formou-se um grupo de operários de três países: Suécia, Índia e Brasil.

Os brasileiros chegaram sem falar inglês e muito menos sueco. Ainda assim, ao longo do contrato, a produtividade foi medida silenciosamente por gestores. O resultado surpreendeu apenas quem acredita em explicações culturais: **os brasileiros ficaram em primeiro lugar**.

Nada havia mudado no "DNA" desses trabalhadores. O que havia mudado era o ambiente.

O processo claro, tarefa bem definida, instrumentos adequados e um objetivo explícito. O esforço produzia resultado visível. Nessas condições, o comportamento racional não é se proteger — é produzir.

Essa constatação ajuda a entender o paradoxo brasileiro. No cotidiano do setor de serviços — especialmente no setor público — a baixa produtividade não decorre de preguiça ou incapacidade, mas de um sistema que **não recompensa a entrega, não penaliza o desperdício e pune o erro**. Diante disso, o comportamento racional passa a ser outro: fazer o mínimo defensável. Não errar. Não se expor. Não ir além.

Esse padrão não é exclusivo do Brasil, mas aqui ele se torna mais visível porque a economia se desindustrializou cedo demais. A indústria, historicamente, foi o setor que organizou o trabalho moderno: definiu processos, mediu desempenho, difundiu tecnologia e treinou pessoas. Mesmo quando automatizada, ela continua sendo o núcleo que sustenta serviços sofisticados.

VALE MENCIONAR QUE TEMOS 02 TIPOS DE SERVIÇOS:

Tipo 1: Serviços de alta produtividade
- ✓ engenharia
- ✓ software
- ✓ P&D (pesquisa e desenvolvimento)
- ✓ finanças avançadas
- ✓ logística sofisticada

Tipo 2: Serviços de baixa produtividade
- ✓ comércio simples
- ✓ serviços pessoais
- ✓ intermediação informal

Países desenvolvidos concentram o tipo 1.

Países que se desindustrializam cedo acabam presos ao **tipo 2. Comparação que esclarecedora:**

País	Indústria (% PIB)	Tipo de serviços predominantes
Alemanha	~20%	Engenharia, logística, tecnologia
Coreia do Sul	~25%	Tecnologia, manufatura avançada
EUA	~11–12%	Serviços de altíssima complexidade
Brasil	~11–13%	Serviços majoritariamente simples

O número isolado engana. O conteúdo produtivo é o que importa.

Quando a indústria encolhe antes de cumprir esse papel, o que cresce em seu lugar são serviços de baixa produtividade, pouco intensivos em método, tecnologia e aprendizado cumulativo. O resultado é um país cheio de esforço e pobre em resultado.

Países desenvolvidos não abandonaram a indústria para "virar serviços". Eles transformaram a indústria e, a partir dela, construíram serviços complexos. Onde isso não ocorre, a economia até se move, mas gira em falso.

Antes de exigir produtividade, é preciso tornar produtivo o ambiente. Sistemas claros, dados confiáveis, processos integrados e incentivos alinhados não servem para vigiar pessoas — servem para libertar capacidade humana.

Enquanto isso não acontece, o trabalhador apenas reage de forma racional às condições que lhe são dadas.

E, em sistemas mal desenhados, o comportamento racional continuará sendo exatamente este: fazer o mínimo defensável.

Tribuna Liberal
Tudo que você precisa saber sobre a sua cidade
Telefones:
(19) 3903-5020
e 3367-9220

NESTE DOMINGO

Nova Odessa realiza Folia Kids gratuita com famílias no Parque das Crianças

Programação terá música, brincadeiras e atrações infantis, das 14h às 18h; Banda Sinfônica e DJ vão animar toda festa; prefeitura reforça segurança e estrutura de evento que faz parte de Calendário Oficial de Carnaval 2026 do município

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Nova Odessa promove neste domingo (15) uma programação especial de Carnaval voltada ao público infantil com a realização da Folia Kids, no Parque Municipal das Crianças. O evento acontece das 14h às 18h e promete reunir famílias em uma tarde de lazer, diversão e atividades gratuitas.

A ação oferecerá uma estrutura completa para as crianças, com brinquedos infláveis, canhão de espuma, distribuição de pipoca e algodão-doce, além de animação musical. A trilha sonora ficará por conta de um DJ e da apresentação ao vivo da Banda Sinfônica Municipal Prof. Gunars Tiss, que levará ao público as tradicionais marchinhas carnavalescas. De acordo com a administração municipal, o objetivo é proporcionar um ambiente seguro, acolhedor e preparado para receber pais e filhos durante o período festivo. A proposta também busca fortalecer a convivência familiar e incentivar o uso dos espaços públicos da cidade.

O prefeito Cláudio Schooder, o Leitinho (PSD), destacou que a Folia Kids foi planejada para garantir diversão com tranquilidade. Segundo ele, a ação integra o compromisso da gestão em oferecer opções de lazer acessíveis à população, especialmente para o público infantil.

Além da programação festiva, a prefeitura informou que, durante o período de Carnaval, o Paço Municipal e os órgãos administrativos não terão expediente. O atendimento será retomado normalmente na quinta-feira (19).

Mesmo durante o feriado, os serviços essenciais continuarão funcionando, incluindo Saúde, Segurança, Trânsito, Defesa Civil e Saneamento. Em casos de emergência, a população pode acionar órgãos oficiais, como Defesa Civil, Bombeiros, Polícia Militar, Guarda Municipal e Coden Ambiental.

Com entrada gratuita e atrações variadas, o Folia Kids deve transformar o Parque das Crianças em um dos principais pontos de encontro das famílias neste domingo em Nova Odessa.

DIVULGAÇÃO

Objetivo é proporcionar ambiente acolhedor e preparado para receber pais e filhos

Danilo propõe lei para disciplinar contratações temporárias

LEIA MAIS NA PÁGINA 08

Americana inicia ciclo de encontros e vai atender mais mães vulneráveis

Atividades da 11ª edição do programa Mãe Americanense reuniu 40 mulheres nos CRAS da Praia Azul e São Manoel; iniciativa fortalece vínculos entre gestante, bebê e rede de apoio, com orientações de profissionais sobre saúde e bem-estar

Da Redação • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Americana iniciou o ciclo de encontros da 11ª edição do programa Mãe Americanense, com a participação de 40 mulheres. A iniciativa visa fortalecer os vínculos entre as gestantes, seus bebês e a rede de apoio. Na quarta-feira (11), as atividades foram realizadas nas áreas atendidas pelos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) dos bairros Praia Azul e São Manoel.

Os trabalhos foram conduzidos pelas equipes dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFVs) da Associação de Promoção e Assistência de Americana (APAM), na Praia Azul, e do Serviço de Orientação Multidisciplinar para Adolescentes de Americana (SOMA), no São Manoel.

Na APAM, as participantes receberam orientações sobre os cuidados com a saúde durante o pré-natal e fizeram uma dinâmica sobre o acolhimento na gestação. As abordagens foram realizadas pela enfermeira da UBS (Unidade Básica de Saúde) da Praia Azul, Daniele Moraes, pela assistente social Bruna Godois e pela educadora social Vitória Soares, além das técnicas e agentes da Secretaria de Saúde.

Já no SCFV do SOMA, a ação sobre os cuidados com o bebê foi conduzida pela fonoaudióloga Sandra Possobon, integrante da equipe do Programa Mamãe Nenê, da Secretaria de Saúde, com a coordenação da educadora social Raiana Amaral.

As atividades do programa Mãe Americanense são realizadas nos territórios dos seis CRAS da cidade, por meio dos SCFVs. O projeto conta com a parceria do Fundo Social de Solidariedade de Americana e já atendeu 400 famílias desde que foi implantado, em 2023.

"O programa Mãe Americanense foi criado na gestão do prefeito Chico Sardelli e do vice Odir Demarchi, visando atender à demanda voltada às gestantes em situação de vulnerabilidade social. O objetivo é dar apoio e suporte para o fortalecimento dos vínculos entre a gestante, o bebê e a rede de apoio, com orientações e atividades coordenadas por profissionais sobre saúde e bem-estar", explicou a secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, Juliani Hellen Munhoz Fernandes.

DIVULGAÇÃO

Programa atende gestantes da cidade entre a 14ª e a 22ª semana de gestação

O Mãe Americanense atende gestantes entre a 14ª e a 22ª semana de gestação, em acompanhamento pré-natal, residentes em Americana há pelo menos um ano, com renda per capita de até meio salário-mínimo e inscritas no Cadastro Único.

Durante três meses, em encontros quinzenais, as participantes realizam atividades e recebem orientações sobre saúde, planejamento familiar, mudanças biopsicossociais, aleitamento materno, parto, vínculo entre mãe e bebê, desenvolvimento infantil e práticas educativas parentais, além da realização de dinâmicas.

Ao final de cada edição, as gestantes recebem gratuitamente kits de enxoval, com itens como carrinho de bebê e roupas, adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor aproximado de R$ 1 mil por kit, além de produtos de higiene, banheiras e outros materiais doados pelo Fundo Social.

Direito Médico e da Saúde

Dra. Lanna Vaughan Romano

é advogada (OAB/SP nº 286.206), especialista em Direito Médico, Direito da Saúde e Direito da Farmácia e do Medicamento, com pós-graduações pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Presidente da Comissão de Direito Médico e da Saúde da OAB Sumaré.

e-mail: dra.lannaromano@gmail.com

Dentista pode receitar Monjaro?

Quando, em quais situações e com qual respaldo legal no Brasil

A aprovação da tirzepatida (Mounjaro®) para nova indicação terapêutica trouxe à tona um debate regulatório crucial: cirurgiões-dentistas estão legalmente aptos a prescrever este medicamento?

A controvérsia ganhou força em outubro de 2025, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovou o uso do fármaco para o tratamento da apneia obstrutiva do sono (AOS) moderada a grave em pacientes com obesidade. A partir desse marco, a Odontologia do Sono passou a discutir o alcance da prescrição por profissionais não-médicos.

2. O QUE É A TIRZEPATIDA E/OU MONJARO (NOMENCLATURA MAIS CONHECIDA) E PARA QUE SERVE.

A tirzepatida é um medicamento injetável de uso sistêmico, classificado como agonista duplo dos receptores GIP e GLP-1. Atua no controle glicêmico, na redução do apetite e na promoção da perda de peso.

No Brasil, a tirzepatida possui as seguintes indicações aprovadas em bula pela ANVISA:

· Diabetes mellitus tipo 2 (aprovada em 2023);

· Controle crônico de peso em adultos com obesidade ou sobrepeso (aprovada em junho de 2025);

· Apneia obstrutiva do sono (AOS) associada à obesidade (aprovada em outubro de 2025) – tornando-se o primeiro fármaco autorizado no país para esta condição.

A decisão da ANVISA foi embasada nos resultados do estudo clínico de fase 3 SURMOUNT-OSA, publicado no New England Journal of Medicine (2024), que demonstrou redução de aproximadamente 60% na gravidade da apneia, além de perda média de 18% a 20% do peso corporal .

3. O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO SOBRE A PRESCRIÇÃO POR CIRURGIÃO-DENTISTA

O exercício da Odontologia no Brasil é regulado pela Lei Federal nº 5.081/1966. O artigo 6º, inciso II, estabelece que compete ao cirurgião-dentista "prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo, indicadas em Odontologia".

Ponto crucial: a lei não autoriza prescrição irrestrita. O critério determinante é o nexo clínico com a prática odontológica. A prescrição de medicamentos sistêmicos é legalmente possível, desde que vinculada a um tratamento odontológico e dentro da área de atuação profissional.

Importante destacar que não houve qualquer alteração normativa por parte da ANVISA especificamente para "autorizar dentistas a prescrever". O que ocorreu foi a aprovação de uma nova indicação terapêutica (AOS). A partir dela, e com fundamento na Lei 5.081/66, o Conselho Federal de Odontologia manifestou-se no sentido de que os cirurgiões-dentistas estão aptos a prescrever o medicamento exclusivamente para esta finalidade odontológica .

4. EM QUAIS SITUAÇÕES O DENTISTA PODE PRESCREVER TIRZEPATIDA

A prescrição da tirzepatida por cirurgião-dentista é juridicamente defensável única e exclusivamente quando preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Diagnóstico de apneia obstrutiva do sono (AOS)

Condição reconhecida no campo de atuação da Odontologia do Sono, sendo atribuição do cirurgião-dentista o diagnóstico funcional, acompanhamento e tratamento com dispositivos intraorais.

b) AOS associada à obesidade

A prescrição está restrita a pacientes com obesidade e apneia moderada a grave. O medicamento não é indicado para apneicos não obesos, pois o benefício terapêutico decorre primariamente da redução ponderal .

c) Vinculação a plano terapêutico odontológico

A prescrição deve integrar o plano de tratamento odontológico, com registro detalhado em prontuário, justificativa técnica e monitoramento.

d) Atuação multidisciplinar obrigatória

O CFO é enfático: a prescrição deve ocorrer preferencialmente com suporte de equipe multiprofissional, incluindo endocrinologia, medicina do sono e nutrologia. A obesidade não é tratada pela Odontologia, e o dentista não deve manter a prescrição sem a garantia de acompanhamento médico .

5. O QUE O DENTISTA NÃO PODE FAZER (LIMITES ÉTICO-LEGAIS)

Embora a discussão tenha ampliado o horizonte da atuação odontológica, os limites são taxativos e sua inobservância configura extrapolação de competência profissional, sujeitando o dentista a sanções éticas, civis e administrativas.

É expressamente vedado ao cirurgião-dentista:

· Prescrever tirzepatida para fins estéticos ou emagrecimento sem vínculo com AOS;

· Prescrever para tratamento isolado da obesidade (sem nexo odontológico);

· Prescrever para diabetes mellitus tipo 2 como finalidade principal;

· Prescrever para apneia do sono em pacientes sem obesidade;

· Manter a prescrição quando o paciente não estiver em acompanhamento médico para a obesidade .

6. RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL E RISCOS ÉTICO-JURÍDICOS

A prescrição da tirzepatida envolve riscos clínicos relevantes, majoritariamente documentados:

· Efeitos gastrointestinais: náuseas, vômitos, diarreia (podendo causar xerostomia e erosão dentária);

· Risco de hipoglicemia, especialmente em associação a outros medicamentos;

· Potenciais complicações pancreáticas;

· Impactos sistêmicos em pacientes com múltiplas comorbidades.

Nesse cenário, a responsabilidade do cirurgião-dentista é ampliada. Exige-se:

1. Capacitação técnica específica (preferencialmente formação em Odontologia do Sono);

2. Documentação robusta: prontuário com justificativa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

3. Orientação detalhada sobre sinais de alerta e efeitos adversos;

4. Atuação prudente e integrada à equipe multidisciplinar.

Denúncias por prescrição fora das regras podem ser formalizadas junto aos Conselhos Regionais de Odontologia, sujeitando o profissional a infrações éticas .

7. CONCLUSÃO

O cirurgião-dentista pode, sim, prescrever tirzepatida no Brasil. Contudo, essa possibilidade não é ampla nem discricionária.

INOVAÇÃO NOS COLETIVOS

Hortolândia terá transporte público por app e contrato de R$ 276 milhões

Município anuncia transporte coletivo sob demanda por aplicativo em Hortolândia; novidade foi apresentada durante audiência pública sobre a concessão; serviço terá modalidade com linhas existentes fora do horário regular

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A população de Hortolândia poderá solicitar transporte coletivo por aplicativo. Esta é uma das novidades anunciadas pela prefeitura durante a audiência pública sobre a concessão do transporte público, realizada no Paço Municipal, nesta semana. O valor do contrato de concessão será de R$ 276 milhões por 15 anos. O evento contou com a participação de representantes da sociedade civil e de autoridades do legislativo municipal.

Na audiência, a Secretaria de Mobilidade Urbana apresentou o novo contrato de concessão do serviço. Dentre as novidades previstas, o secretário Atílio André Pereira destacou a oferta de transporte público sob demanda por aplicativo. A ideia é disponibilizar esse serviço em duas modalidades.

A primeira é por meio de linhas de ônibus municipais já existentes que circulam em regiões com baixa demanda de passageiros. A ideia é que a população possa solicitar essas linhas fora do horário de circulação normal, por meio de aplicativo. Nesse caso, o valor da tarifa permanece o mesmo.

A outra modalidade é o transporte agendado, cujo funcionamento é semelhante aos serviços de táxi por aplicativo. Nesse caso, segundo a Secretaria de Mobilidade Urbana, o valor da tarifa irá variar conforme percurso e quantidade de passageiros. Nessa modalidade, a ideia é utilizar micro-ônibus.

AMPLIAÇÃO DA FROTA

Outra novidade anunciada pelo secretário Atílio André Pereira é a ampliação da frota de ônibus municipais, que atualmente é de 35 veículos. A nova concessão prevê que Hortolândia terá 44 ônibus municipais, dos quais 40 operacionais e quatro de reserva. Os ônibus terão ar-condicionado e wi-fi. O prazo da concessão será de 15 anos, podendo ser renovado por mais 15 anos. O valor do contrato de concessão será de R$ 276 milhões. A expectativa da secretaria é divulgar o edital de licitação da concessão em abril deste ano.

A nova frota incluirá ainda os sete ônibus elétricos já adquiridos pela prefeitura. O secretário destacou a obra que o município fará para transformar a atual Estação de Transferência Pinheiros, localizada na Avenida Olívio Franceschini, em um eletroterminal para recarga dos ônibus elétricos. A licitação da obra já foi divulgada. A sessão pública para empresas interessadas em executar a obra será no dia 26 deste mês.

O prefeito Zezé Gomes (Republicanos) assinou os contratos para a operação de ônibus elétricos na cidade, em setembro do ano passado. O evento contou com a participação do secretário nacional de Mobilidade Urbana, Denis Eduardo Andia. Na ocasião, o secretário disse que Hortolândia se tornou a primeira cidade do Brasil a eletrificar a frota de veículos do transporte público por meio de recursos do governo federal.

DIVULGAÇÃO
Nova concessão municipal prevê ampliação da frota para 44 ônibus em Hortolândia

NOVAS LINHAS E PCDS

A nova concessão também prevê a criação de novas linhas de ônibus municipais e de linhas gratuitas.

O secretário Atílio André Pereira também salientou que a prefeitura irá fortalecer a inclusão social de pessoas com deficiência no transporte público municipal. Para isso, a nova concessão prevê a oferta de transporte especial para esse público.

A tecnologia é uma ferramenta que será utilizada para garantir a qualidade do transporte público municipal e a qualidade de vida e ambiental. A nova concessão prevê a implantação de um aplicativo, a ser desenvolvido pela prefeitura, para ser utilizado pela própria Administração Municipal na auditoria, na inspeção e no controle de emissões de poluentes dos ônibus.

O secretário salientou ainda que a empresa concessionária terá a qualidade de seu serviço avaliada pela prefeitura nos três primeiros anos da concessão por meio de uma série de indicadores. A partir do quarto, a pontuação obtida irá impactar no valor a ser pago pelo município para a concessionária.

CONSULTA PÚBLICA

Após a apresentação da concessão, a audiência abriu espaço para a população fazer perguntas, sugestões e demandas.

De acordo com a Secretaria de Mobilidade Urbana, com a realização da audiência, a próxima etapa será a consulta pública, na qual o edital de licitação da concessão será disponibilizado para a população.

FUNCAMP
Fundação de Desenvolvimento da Unicamp
IHES HOSPITAL ESTADUAL SUMARÉ
vagas OPORTUNIDADES
A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP - FUNCAMP torna pública a abertura de inscrições para os processos seletivos:
Edital 16/2026
ENFERMEIRO
Edital 18/2026
MÉDICO CIRURGIÃO PEDIÁTRICO OU CIRURGIÃO PEDIÁTRICO PLANTONISTA
Para visualizar o edital, acesse:
www.funcamp.unicamp.br
Assine o Newsletter Grátis e receba e-mails sobre os editais de seu interesse.

Nutrição além do prato

Marina Rocha Luciano

É nutricionista clínica, formada pela UNICAMP, com especialização em Nutrição Esportiva e Obesidade pela USP. Atua com foco em emagrecimento, performance esportiva e qualidade de vida, sempre com base científica e estratégias individualizadas. Em sua prática e em seus textos, defende uma nutrição consciente, sustentável e aplicável à vida real. Atende na clínica Centerclin, em Sumaré.

O que sustenta o seu Carnaval: Energia para viver o agora, equilíbrio para sustentar o depois

Carnaval é uma das datas mais esperadas do ano. É celebração, é festa, é encontro, é calor humano. Para alguns, significa bloquinho, rua e muita energia. Para outros, é a oportunidade de descansar, desacelerar e aproveitar o tempo de outra forma. Em qualquer cenário, uma coisa é certa: nunca precisa ser sinônimo de descuido. Dá, sim, para viver o melhor do feriado com equilíbrio, disposição e responsabilidade com o próprio corpo.

Se a ideia é passar horas na rua, principalmente no sol, o cuidado começa antes de sair de casa. É fundamental já sair bem alimentado. Um café da manhã completo e reforçado faz diferença real no rendimento e na disposição ao longo do dia. O básico funciona muito bem: pão com ovo e uma fruta; um sanduíche de frango com requeijão e uma fruta; cuscuz com ovo, queijo e uma fruta. Combinações simples, culturalmente acessíveis e nutricionalmente inteligentes.

Essas escolhas fornecem energia para quem vai pular, dançar e caminhar bastante, mas também ajudam a manter a saciedade e a evitar picos e quedas bruscas de glicemia, algo comum quando a pessoa sai em jejum ou consome apenas alimentos ricos em açúcar. Oscilações importantes de glicose podem gerar tontura, fraqueza, mal-estar e queda de rendimento, prejudicando a experiência ao longo do dia.

Se a programação for longa, vale pensar como quem se prepara para uma atividade física prolongada. Além de uma boa refeição antes de sair, é estratégico levar na bolsa ou na pochete opções seguras para evitar longos períodos sem comer e, principalmente, para não fazer escolhas impulsivas mais tarde. Frutas que se conservam bem, como banana e maçã, mix de castanhas, sanduíches simples, barrinhas de proteína e até sachês ou pó de eletrólitos para diluir na água são recursos práticos. Não é sobre perfeição, é sobre reduzir danos e chegar inteiro ao final do carnaval, aproveitando cada momento com mais disposição.

A hidratação merece atenção especial. Ter sempre uma garrafa de água nas mãos ajuda a criar o hábito de beber ao longo do dia. Para quem optar por consumir bebida alcoólica, o ideal é intercalar com água e manter a ingestão regular de líquidos. O problema maior não é misturar bebidas, mas a quantidade total de álcool ingerida. Bebidas com maior teor alcoólico têm maior potencial de danos, até porque o álcool é uma substância tóxica para o organismo. Para reduzir impactos, caprichar na alimentação antes e durante o consumo e manter boa hidratação faz toda a diferença.

Se for realizar refeições na rua, alguns cuidados são fundamentais. Observe as condições de higiene do local, armazenamento dos alimentos, manipulação e rotatividade. Prefira estabelecimentos que aparentem boa organização e fluxo adequado de clientes. Além disso, busque qualidade nutricional. Vai comer um lanche? Se possível, opte por um hambúrguer artesanal, com carne de melhor qualidade e ingredientes mais frescos. Vai almoçar em um restaurante? Monte um prato completo, com fonte de proteína, carboidrato e vegetais. Isso ajuda a sustentar a energia, melhora a recuperação e reduz os impactos negativos nos dias seguintes.

Para quem vai passar o feriado em casa, os cuidados continuam igualmente importantes. Estar em casa não significa automaticamente descansar bem ou comer melhor. São vários dias, muitas vezes cinco dias fora da rotina habitual. Sair completamente dos horários, exagerar nas porções, dormir muito tarde e reduzir drasticamente o movimento tende a gerar consequências no retorno, como inchaço, indisposição e dificuldade de retomar o ritmo.

Organizar minimamente os horários das refeições, manter uma alimentação equilibrada, preservar uma rotina de sono razoável e incluir algum tipo de movimento ao longo do dia, mesmo que seja uma caminhada leve, já ajuda a manter o corpo funcionando melhor. O descanso é necessário, mas ele também é mais eficiente quando existe algum nível de organização.

O carnaval não precisa ser um período de extremos. Nem oito, nem oitenta. Não é sobre rigidez, é sobre consistência. Planejar minimamente alimentação, hidratação, sono e movimento permite aproveitar o feriado com mais energia durante os dias de festa ou descanso e reduz significativamente o impacto no depois.

Cuidar do corpo não significa deixar de viver experiências. Significa escolher vivê-las com mais equilíbrio. Saúde não tira a alegria do carnaval. Ela sustenta.

ELEIÇÕES 2026

Região contabiliza 29 pré-candidatos para Alesp e Câmara dos Deputados

Cenário eleitoral começa a se desenhar para o pleito de outubro deste ano; lideranças municipais já falam de projetos para Assembleia Legislativa de São Paulo e Brasília; legendas passam intensificar articulações e costurar dobradinhas

Paulo Medina • REGIÃO
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A corrida eleitoral de 2026 já mobiliza a região, com 29 nomes que, até o momento, estão em fase de pré-candidatura a deputado estadual ou federal nas cidades da área de cobertura do **Tribuna Liberal**. Mesmo antes da abertura oficial dos trabalhos eleitorais, os bastidores políticos estão em plena articulação, com partidos organizando alianças e estruturando dobradinhas para ampliar a representatividade regional na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Em Sumaré, nove nomes já confirmaram intenção de disputar uma vaga de deputado. O vereador e irmão do prefeito Henrique do Paraíso (Republicanos), Raí do Paraíso (Republicanos) é pré-candidato a deputado federal, assim como o ex-vereador e ex-candidato a vice-prefeito Décio Marmirolli (União). Para deputado estadual, colocaram-se como pré-candidatos o vereador Tião Correia (PSDB), o ex-vereador e ex-candidato a prefeito, Willian Souza (PT), e os vereadores Valdir de Oliveira (Republicanos), Tavares (PL) e Professor Edinho (Republicanos). O deputado estadual Dirceu Dalben (Cidadania) buscará a reeleição. Já o presidente da Câmara de Sumaré, Hélio Silva (Cidadania), analisa se sairá a estadual ou federal.

Em Paulínia, três nomes já oficializaram movimentação pré-eleitoral. O ex-prefeito Du Cazellato (PL) confirmou pré-candidatura a deputado estadual. O vereador Anderson Henrique (MDB) declarou-se pré-candidato e definirá com o partido se disputará vaga a estadual ou federal. O empresário Bruno Welington também confirmou pré-candidatura a deputado federal.

Em Nova Odessa, duas lideranças já anunciaram intenção de disputar vaga na Alesp: a vereadora Marcia Rebeschini (União) e a ex-primeira-dama Andrea Souza (PL). O ex-vereador José Pereira se colocou como pré-candidato a deputado federal, mas não revelou o partido.

Em Hortolândia, seis nomes já confirmaram pré-candidatura. Para deputado estadual: o vereador Nego (PSD), o vereador Clodoaldo Santos (Podemos), a deputada Ana Perugini (PT), que busca reeleição, e o vereador Régis da Serralheria (PSB). Para deputado federal, confirmaram pré-candidatura o ex-candidato a vice-prefeito, Eduardo Ricatto (União), e o vice-prefeito Cafu César (PSB).

Em Americana, há oito nomes no cenário de pré-candidatura. Franco Sardelli (PL), filho do prefeito Chico Sardelli (PL), vai disputar vaga de deputado estadual. O assessor do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), Ricardo Molina (Republicanos), também disputará vaga na Alesp. O vereador Leco Soares (Podemos) confirmou pré-candidatura a deputado federal. O ex-vereador e ex-candidato a prefeito, Rafael Macris, via partido Missão, também se declarou pré-candidato, ainda definindo se concorrerá a estadual ou federal.

Os vereadores Gualter Amado (PDT) e Professora Juliana (PT) são pré-candidatos a deputado estadual.

O vereador Thiago Brochi (PL) pode se candidatar a deputado federal. O ex-deputado federal Vanderlei Macris considera a possibilidade de ser novamente candidato à Câmara dos Deputados, mas desta vez pelo PSD.

Com mais de 155 milhões de eleitores no país — sendo cerca de 33 milhões apenas em São Paulo — o pleito ocorrerá em 4 de outubro de 2026. Até lá, os partidos terão que cumprir prazos legais, como convenções entre 20 de julho e 5 de agosto e registro de candidaturas até 15 de agosto. A propaganda eleitoral só poderá começar em 16 de agosto.

Neste cenário, a região já começa a entrar em clima de disputa, com alianças sendo desenhadas e dobradinhas regionais em fase de construção.

PRÉ-CANDIDATOS POR CIDADE

AMERICANA

Franco Sardelli (PL) Estadual

Ricardo Molina (Republicanos) – Estadual

Gualter Amado (PDT) – Estadual

Professora Juliana (PT) – Estadual

Leco Soares (Podemos) – Federal

Rafael Macris (Missão) Estadual ou Federal

Thiago Brochi (PL) Federal

Vanderlei Macris Federal

NOVA ODESSA

Marcia Rebeschini (União) Estadual

Andrea Souza (PL) Estadual

José Pereira Federal

PAULÍNIA

Du Cazellato (PL) Estadual

Anderson Henrique (MDB) Estadual ou Federal

Bruno Welington Federal

HORTOLÂNDIA

Nego (PSD) Estadual

Clodoaldo Santos (Podemos) – Estadual

Ana Perugini (PT) Reeleição estadual

Régis da Serralheria (PSB) – Estadual

Eduardo Ricatto (União) – Federal

Cafu César (PSB) Federal

SUMARÉ

Raí do Paraíso (Republicanos) – Federal

Tião Correa (PSDB) Estadual

Décio Marmirolli (União) Federal

Willian Souza (PT) Estadual

Tavares (PL) Estadual

Professor Edinho (Republicanos) – Estadual

Dirceu Dalben (Cidadania) Reeleição estadual

Hélio Silva (Cidadania) Estadual ou Federal

Valdir de Oliveira (Republicanos) - Estadual

NOVO FORMATO

Danilo Barros propõe legislação para disciplinar contratações temporárias

Projeto enviado pelo prefeito ao Legislativo estabelece regras para admissões por prazo determinado, define limites de contratos e visa manutenção de serviços públicos em áreas como saúde, educação e segurança; Câmara irá analisar

DIVULGAÇÃO

Projeto busca garantir mais eficiência administrativa, segurança jurídica e continuidade dos serviços públicos

Paulo Medina • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O prefeito de Paulínia, Danilo Barros (PL), protocolou na Câmara Municipal projeto de lei que visa disciplinar as contratações administrativas temporárias no âmbito da administração pública. A proposta autoriza a realização de contratos por até 12 meses, prorrogáveis por igual período, em casos de necessidade temporária e excepcional interesse público.

De acordo com o texto, as contratações poderão ocorrer em situações como substituição de servidores afastados, execução de programas de duração limitada, emergências na saúde, educação, segurança pública e Defesa Civil, além de eventos imprevisíveis que comprometam a prestação de serviços.

O projeto estabelece que as admissões devem, preferencialmente, ser precedidas de processo seletivo simplificado, salvo em casos de comprovada urgência. Também determina que os contratos não geram vínculo permanente nem direito à estabilidade, assegurando apenas os direitos previstos em legislação específica.

A proposta ainda prevê critérios para fiscalização, responsabilização de gestores em caso de irregularidades e regras para rescisão contratual, além de revogar a legislação anterior que tratava do tema.

"O presente projeto de lei tem por objetivo regulamentar e modernizar a contratação por tempo determinado no âmbito da Prefeitura Municipal de Paulínia, para atender necessidades excepcionais de interesse público. A administração pública enfrenta por vezes demandas imediatas e imprevisíveis que não podem ser supridas de forma célere pelos concursos públicos regulares, seja em virtude da morosidade do processo seletivo, seja pela necessidade transitória da contratação. É o caso, por exemplo, de substituições temporárias de servidores em licenças legais, execução de programas ou convênios de duração limitada, situações emergenciais na saúde, educação, segurança pública e defesa civil, entre outras hipóteses em que a continuidade se faz necessária para garantir a eficiência do serviço público", explanou o prefeito.

"O projeto de lei apresentado estabelece critérios claros, objetivos e transparentes para contratação de temporários", sustenta.

REGRAS E FUNCIONAMENTO

Pelo projeto, os contratos administrativos terão natureza temporária, sem vínculo trabalhista permanente, e seguirão modelo padronizado. Os profissionais contratados terão vencimentos, carga horária e atribuições definidos conforme cada função.

Entre os cargos previstos estão áreas como saúde, educação, transporte e serviços operacionais, com detalhamento das atribuições e requisitos de ingresso.

A proposta também determina que os contratos em vigor permanecem válidos até o término de sua vigência e que novas admissões deverão respeitar os critérios legais estabelecidos.

O projeto segue para análise das comissões permanentes da Câmara Municipal e posterior votação em plenário. Caso aprovado, será sancionado pelo Executivo e passará a regulamentar oficialmente as contratações temporárias no município.

CELEBRAÇÃO RESPONSÁVEL

Paulínia combate perturbação do sossego durante o Carnaval

Da Redação • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Em meio às festividades de Carnaval, a Prefeitura de Paulínia reforçou a necessidade de que as comemorações ocorram de forma responsável, respeitando os limites de ruído e o direito ao descanso da população, conforme a Lei Municipal 3.446/2015.

Só em 2025, o município registrou 45 autuações por perturbação do sossego, sendo 17 relacionadas a escapamentos irregulares de motocicletas. As demais ocorrências envolveram residências, comércios e imóveis de locação, como chácaras e salões de festa.

A infração prevê multa de aproximadamente R$ 2.580,00, podendo ser duplicada e até quadruplicada em caso de reincidência.

O excesso de ruído compromete a qualidade de vida, especialmente de idosos, crianças, trabalhadores e pessoas com deficiência. A prefeitura informou que a fiscalização tem caráter preventivo e educativo, contando com a colaboração da população para garantir um Carnaval alegre.

DIVULGAÇÃO

Administração pede que moradores sejam responsáveis durante as festas

Tribuna Legal

Andressa Martins

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré.

andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia
End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP
Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

Tema 347: TNU afasta concessão automática de aposentadoria especial a agentes de saúde

Em julgamento concluído em 11 de fevereiro de 2026, a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento relevante sobre a aplicação da Emenda Constitucional nº 120/2022 aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias.

Ao analisar o Tema 347, a TNU decidiu que o dispositivo constitucional que trata da aposentadoria especial desses profissionais não produz efeitos imediatos, por depender de regulamentação por lei complementar. Com isso, foi afastada a tese de reconhecimento automático do tempo especial apenas com base na função exercida.

EMENDA CONSTITUCIONAL TROUXE DIREITOS, MAS NÃO REGULAMENTAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 120/2022 alterou o artigo 198 da Constituição Federal e inseriu o §10, prevendo garantias previdenciárias aos agentes de saúde expostos a riscos biológicos.

O objetivo da norma foi valorizar essas categorias e reconhecer a natureza diferenciada de suas atividades. No entanto, desde sua promulgação, surgiram dúvidas quanto à sua eficácia prática, especialmente sobre a necessidade — ou não — de comprovação técnica da exposição a agentes nocivos para fins de aposentadoria especial.

Diante de decisões divergentes nos Juizados Especiais Federais, a controvérsia foi submetida à TNU para uniformização.

PONTO CENTRAL DO JULGAMENTO

A discussão analisada no Tema 347 envolveu dois aspectos principais:

- a possibilidade de aplicação do §10 do art. 198 da Constituição aos períodos de trabalho anteriores à EC 120/2022;
- a dispensa da prova técnica da exposição nociva (como PPP ou LTCAT) para caracterização do tempo especial.

ENTENDIMENTO FIXADO PELA TNU

Por maioria, a TNU consolidou a seguinte tese:

O §10 do art. 198 da Constituição Federal possui eficácia limitada e depende de regulamentação por lei complementar para definição dos critérios de concessão da aposentadoria especial. Enquanto essa regulamentação não for editada, permanece obrigatória a comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos, conforme a legislação previdenciária vigente à época da prestação do serviço.

Na prática, o colegiado entendeu que a emenda constitucional, por si só, não autoriza o reconhecimento automático do tempo especial, nem afasta a necessidade de prova técnica individualizada.

POSIÇÃO DIVERGENTE DEFENDIA EFICÁCIA IMEDIATA

Durante o julgamento, foi apresentado voto divergente no sentido de reconhecer eficácia direta ao texto constitucional.

A magistrada que divergiu sustentou que a própria Constituição passou a reconhecer que as atribuições dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias são indissociáveis da exposição a riscos biológicos, tornando desnecessária a produção de provas adicionais.

Para essa corrente, exigir PPP ou laudo técnico esvaziaria o alcance normativo da emenda constitucional. Ainda assim, esse entendimento não prevaleceu, sendo vencido pela posição do relator.

CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS PARA SEGURADOS E ADVOGADOS

Com a decisão, permanecem válidas as regras tradicionais de caracterização de tempo especial para essas categorias profissionais.

Isso significa que, até a edição de lei complementar específica, os agentes de saúde continuarão obrigados a comprovar, caso a caso, a exposição habitual e permanente a agentes biológicos, por meio de documentos técnicos ou perícia.

Para a advocacia previdenciária, o julgamento exige cautela na fundamentação das ações baseadas exclusivamente na EC 120/2022, bem como atenção à correta instrução probatória.

DECISÃO NÃO ENCERRA O DEBATE CONSTITUCIONAL

Apesar da relevância do entendimento firmado, a decisão da TNU vincula apenas os Juizados Especiais Federais. A matéria ainda pode ser discutida nos Tribunais Regionais Federais e, eventualmente, chegar aos tribunais superiores.

Além disso, enquanto não houver regulamentação infraconstitucional, seguem abertas discussões sobre a eficácia imediata de normas constitucionais protetivas e a possibilidade de controle concentrado ou repercussão geral sobre o tema.

Você gostou deste conteúdo? Para mais informações, continue acompanhando nossa coluna semanal. Tenha um excelente domingo!

ATO ADMINISTRATIVO

Legislativo de Monte Mor reconhece licença-prêmio para comissionados

Medida foi publicada no Diário Oficial do município e garante direito para servidores em comissão; benefício estava suspenso desde pandemia do novo coronavírus; contagem de tempo foi restabelecida por meio de lei complementar

DIVULGAÇÃO

Pagamentos não terão efeito retroativo e impacto financeiro começa contar neste mês de fevereiro

Paulo Medina • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Câmara de Monte Mor publicou no Diário Oficial ato complementar que reconhece o direito à licença-prêmio para servidores ocupantes de cargos comissionados que cumpriram os requisitos legais e temporais previstos na legislação municipal.

A medida considera a retomada da contagem de tempo de serviço que havia sido suspensa durante a vigência da Lei Complementar 173/2020, no período da pandemia da Covid-19, e que foi restabelecida pela Lei Complementar 226/2026, do governo federal. Também levou em conta a viabilidade orçamentária apontada pela Coordenadoria Financeira da Casa.

De acordo com a publicação oficial, o benefício será concedido apenas aos servidores que comprovarem o cumprimento das exigências legais. A implantação ocorrerá mediante análise individual da Coordenadoria de Recursos Humanos, sem pagamento de valores retroativos.

Os efeitos financeiros da medida passam a valer a partir da competência de fevereiro de 2026. Caberá ao setor de Recursos Humanos verificar a regularidade dos requisitos, atualizar os registros funcionais e encaminhar as informações ao setor financeiro para inclusão em folha de pagamento.

O ato também estabelece que a licença-prêmio poderá ser usufruída de duas formas: por meio de afastamento administrativo, mediante requerimento e autorização da chefia imediata, ou por indenização, conforme previsto na legislação local e considerando a disponibilidade orçamentária.

A norma determina ainda que o benefício só poderá ser concedido dentro dos limites financeiros da Câmara, evitando impacto excessivo nas contas públicas do Legislativo municipal. O ato foi assinado pelo presidente da Casa, Beto Carvalho (PP), e já entrou em vigor.

Com a decisão, a Câmara busca regularizar a situação funcional dos comissionados e garantir segurança jurídica na concessão do benefício, alinhando a política de pessoal à capacidade financeira do Legislativo.

18 DE FEVEREIRO

Plano de medicamentos gratuitos tem prazo de atualização em Monte Mor

Da Redação • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Monte Mor iniciou a fase de atualização cadastral obrigatória para que servidores ativos, aposentados e pensionistas tenham acesso ao Plano de Medicamentos 100% gratuito. O procedimento deve ser realizado até 18 de fevereiro, exclusivamente pelo site oficial, na área do servidor.

A atualização é necessária para autorizar o uso de dados pessoais e permitir a liberação do benefício. O acesso deve ser feito na aba "Servidor", em "Demonstrativo de Pagamento", mesmo local onde é consultado o holerite. Após o login, o servidor deve clicar no aviso "Plano de Medicamentos – Visualize" e autorizar o uso das informações. Também é obrigatório conferir e atualizar endereço, e-mail e telefone.

Para aposentados e pensionistas, o IPREMOR, que é o Instituto Municipal de Previdência, disponibiliza atendimento presencial para atualização dos dados cadastrais na Rua Marilice Lirani, nº 85, na Vila Magal, de segunda a sexta-feira, das 7h às 16h. Informações também podem ser obtidas pelo telefone (19) 3879-6409.

Sem a autorização e a atualização cadastral, o servidor não estará apto a utilizar o plano.

Instituído pela Lei Municipal 3.357/2025, o plano foi formalizado por meio de contrato firmado entre Prefeitura Municipal de Monte Mor e a empresa IHST Integração Humanizada de Saúde e Tecnologia Ltda.

O serviço funciona por sistema digital, com acesso via WhatsApp oficial. O servidor realiza cadastro com CPF, envia a receita médica, que passa por validação automática, e recebe a indicação das farmácias credenciadas mais próximas para retirada. O pagamento é feito diretamente à farmácia via Pix, sem qualquer custo ao beneficiário.

Podem utilizar o plano servidores ativos, inativos, aposentados e pensionistas devidamente cadastrados. O atendimento ocorre em farmácias credenciadas.

O investimento mensal aproximado é de R$ 300 mil. De acordo com a administração municipal, o benefício representa uma política concreta de valorização do servidor público, ao oferecer acesso rápido a medicamentos utilizados em tratamentos médicos, com mais praticidade, segurança e acessibilidade.

DIVULGAÇÃO

Procedimento deve ser feito até 18 de fevereiro no site da prefeitura para acesso ao benefício

A iniciativa busca ampliar o acesso contínuo a medicamentos previstos na lista contratada, facilitar o cumprimento de tratamentos de saúde e contribuir para a redução de afastamentos por motivo médico, fortalecendo a política de cuidado com o funcionalismo.

A Prefeitura de Monte Mor informou ainda que, após a atualização cadastral, a equipe responsável entrará em contato com os servidores para orientar sobre a utilização do serviço.

Com a promessa de ferver o verão Sofia Brasil lança "Obsessão"

Na última semana, a jovem cantora e compositora Sofia Brasil lançou o single "Obsessão". A bem humorada, porém sensual e caliente, a música chega em todas as principais plataformas de distribuição digital com a promessa de ferver o verão. Mostrando a sua versatilidade artística de interpretar e escrever canções que falam diretamente com o público, Sofia Brasil assina a composição.

A produção musical ficou a cargo de Gabriel Fernandes que traz na bagagem sete indicações ao Grammy Latino. A última delas no ano passado com o álbum "Do Velho Testamento" do cantor Tierry concorrendo como Melhor Álbum de Música Sertaneja.

"Estou super feliz com mais esse lançamento. "Obsessão" vem bem dançante com uma pitada do pop latino, sem perder as referências do brega e sertanejo. O resultado ficou incrível e espero que todos vocês possam curtir "Obsessão" muito nesta estação, mesmo fora do litoral, na sua cidade, entre prédios e construções. Sabe aquela pessoa que é flechada sem esperar e acaba ficando obcecada pelo parceiro? Então, ouça, curta e compartilhe", convida a artista.

Vale lembrar, que em 2025, Sofia Brasil teve duas de suas músicas autorais entre as mais tocadas das rádios do Brasil no gênero pop nacional durante todo o ano. "Perigosa sou eu" e "Menino", ocuparam a segunda e terceira posições no ranking da Crowley – especializada em monitoração (audiência) de áudio. Recentemente, Sofia Brasil trabalhou a divulgação do single "Casa, beija ou mata", que faz parte do seu segundo projeto, "Sô Frágil".

SOFIA BRASIL

A jornada de Sofia Brasil na música começou cedo. Com apenas oito anos de idade, sua voz já encantava quem a ouvia. Nascida e crescida em São Paulo, capital paulista, local onde vem grande parte de sua inspiração, tem raízes tanto no interior quanto na região Norte do Brasil.

Sofia Brasil sempre se espelhou muito na diversidade cultural que o Brasil oferece para suas composições e interpretações. Desde pequena é fascinada pelas pessoas e seus estilos. Entre apresentações em barzinhos, pequenos shows e até casamentos, ela transformava cada momento em uma experiência inesquecível.

Na pré adolescência, com 12 anos, um momento marcante destacou ainda mais sua paixão pela música: Sofia Brasil teve a honra de dividir o palco com o renomado cantor Seu Jorge, um dos maiores nomes da música brasileira e uma grande inspiração para a cantora. Essa experiência não apenas validou seu talento, mas também mostrou ao mundo que Sofia Brasil estava destinada a brilhar.

Em sua caminhada em um centro cultural como São Paulo, Sofia Brasil teve contato com pessoas e lugares das mais diversas regiões do Brasil. Imagine caminhar pelas ruas de São Paulo... de uma casa você escuta um MPB. Nos bares, é pagode ou um sambinha. No fone do vizinho, rap. Na festa ao lado, sertanejo. Isso é um pouco da sensação de passear em uma cidade tão diversa, agora imagina nascer e crescer na muvuca paulistana? Essa é a realidade da menina mulher, Sofia Brasil, que sempre foi fascinada por essa mistura de culturas, se inspirando em ritmos como brega, mpb, pop, sertanejo e samba. Um estilo batizado de "Brega chique", por Tierry (cantor e compositor).

Foi assim que nasceu o "Brega chique": uma mistura autêntica de estilos, com batidas que lembram o sertanejo e o brega, timbres que evocam a popularidade, e uma alma que é única, porque é de Sofia Brasil.

AUTOR DO TEXTO

Júlio José Campigli

Professor Universitário, das redes estaduais e municipais de ensino; ex-Diretor do DECT; Diretor da Associação Pró-Memória de Sumaré

Aguinaldo Nunes Pereira

FOTOS: PRÓ-MEMÓRIA SUMARÉ

Aguinaldo Nunes Pereira

Apresentamos um cidadão residente em nossa cidade e que muito tem trabalhado pela classe dos taxistas, enaltecendo as pessoas que trabalharam e os que ainda trabalham nesta profissão, tão relevante não só no passado, como até dias atuais.

Trata-se de AGUINALDO NUNS PEREIRA, Presidente da Comissão dos Taxistas de Sumaré, Delegado Regional do Sindicato dos Taxistas de Campinas e de sua Região Metropolitana, fundador da TAXIRMC, que é uma Associação que realiza a gestão de taxi para empresas, cuja sede é à Rua Bartolomeu Bueno da Silva, 57, Jardim Florença, em Sumaré.

Aguinaldo nasceu na cidade de São Paulo, em 27 de janeiro de 1970, filho de Antônio Nunes Pereira e Maria Zenilda Alves Pereira, sendo o segundo filho na ordem familiar de quatro irmãos. É casado com Marli Alves Pereira e deste enlace nasceu sua filha: Giovanna Alves Pereira. Realizou seus estudos na EE. Henrique Pagado, no Jardim Danfer, na cidade de São Paulo.

Em 1989, conheceu uma moça sumareense que foi passar as férias na cidade de São Paulo, iniciando um namoro, mas que não fluiu, mas que passou a chamar sua atenção voltada para Sumaré.

A partir dessa data iniciou emprego na empresa MIL- PLANOS DE SAÚDE, vendendo os Planos para sumareenses, pois nesta época, ao vender ficava com a 1ª parcela e isto fez com que passasse a conhecer vários bairros e pessoas sumareenses.

Já em Sumaré, iniciou um empreendedorismo "mascate", pois comprava tecidos em São Paulo, fazia camisetas e as vendia em Sumaré.

Mas, seu primeiro emprego formal foi na Imobiliária SUNIMOVEIS, do João Álvares, exercendo a atividade de captação de imóveis, telefones para a Imobiliária, ganhando porcentagens pelas vendas e assim passou a residir em Sumaré, inicialmente em um hotel.

Trabalhando em Sumaré conheceu na época uma namorada chamada Cláudia, que conseguiu alterar sua vida, pois através dela conheceu seu pai (Romildo) que tinha um taxi e daí surgiu a ideia de ser taxista.

Aguinaldo comprou o carro de um taxista que tinha um ponto próximo ao antigo Hospital Imaculada Conceição, mas depois de um tempo, conseguiu transferir o ponto para a Estação Rodoviária de Sumaré.

TAXI RMC

Por indicação de um amigo passou a trabalhar para o Banco Itaú, no Serviço de Malotes, ficando cerca de 10 anos com essa atividade. Com o crescimento de sua atividade profissional adquiriu mais 03 veículos, porém tempos depois o Banco Itaú alterou o Serviço de Malote e assim, seu serviço caiu cerca de 70% de sua atividade profissional e econômica.

Este transtorno profissional fez com que iniciasse novo empreendedorismo. Criou a TAXI RMC, que é uma associação que realiza gestão de taxi para empresas. Desta empresa foi Presidente por dois mandatos, sendo que no primeiro, fez a chapa e foi intensamente votado, mas no segundo, teve concorrente, mas foi novamente eleito com mais de 80% dos votos.

A TAXI RMC passou a dar mais emprego, mais lucro para os taxistas, com melhor tratamento para usuário pessoal e administrativo. Fechou contrato com a AMSTE MAXION, de Hortolândia e depois com mais empresas, tais como Honda, ABL e outras empresas de Campinas e da RMC. Atualmente a TAXI RMC além de ser conhecida na RMC, é também conhecida internacionalmente, pois atende clientes de outros países.

Aguinaldo é taxista há mais de 35 anos e tem como proposta fazer Levantamento Histórico de Taxistas desde a década de 1950, ressaltando valores dos taxistas antigos até os atuais, contando a história de pessoas, de suas famílias e fazer homenagens para todos aqueles que trabalharam e ainda trabalham nesta profissão.

Essa proposta passa pela Associação Pró-Memória, que possui um grande acervo desses antigos taxistas de nossa cidade.

Vai ser uma tarefa longa de pesquisas, mas muito útil para a História de Sumaré.

Associação Pró-Memória de Sumaré

Temos um acervo de aproximadamente 250.000 e documentos e 150.000 fotos. Se tiver interesse em preservar as fotos de sua família ou publicá-las, dirija-se ao Centro de Memória. Estudantes, professores, pesquisadores e população em geral são sempre bem-vindos. A Associação Pró-Memória é uma entidade particular, sem fins lucrativos. Se você quiser ajudá-la a se manter ou ampliar suas atividades, torne-se um sócio. Custa R$ 30,00 por mês. Por conta disso, você recebe todas as publicações semanais da Pró-Memória.

Praça da República, nº 102, Centro, Sumaré/SP
F: (19) 3803-3016
promemoriasumare@gmail.com

Produção de Conteúdo
Assessoria de Imprensa
(19) 97110-5606

FOTOS: PRÓ-MEMÓRIA SUMARÉ

ESCOLA NORMAL

Aula inaugural da Escola Normal de Sumaré, hoje conhecida como Escola Municipal "José de Anchieta". Esse evento aconteceu em 1968, no Clube União Cultural XVI de Dezembro, com a presença do Monsenhor Emílio José Salim, Reitor da PUCC – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que está sentado ao lado da diretora Maiba Apparecida Maluf. Quem discursa é o Prefeito João Smânio Franceschini. Mathias Antônio de Souza segura o microfone.

FAMÍLIA DE LAURINDO RAVAGNANI

Laurindo Ravagnani foi um dos maiores agricultores de Sumaré. Descendente de imigrantes italianos, multiplicou os bens herdados de seu pai, José Ravagnani. Nesta foto familiar Laurindo está sentado ao lado da esposa Lúcia Basso Ravagnani e dos filhos Oswaldo Ravagnani, Alcides Ravagnani, Maria Lúcia Ravagnani, Roberto Euclides Rovagnelli e Milton Ravagnani.

PROFESSORA MÁRCIA

Márcia Aparecida Gotardi Albanezzi Bertolazzi é filha de educadores ilustres de Sumaré: Célia Gotardi Albanezzi e Alvino Albanezzi. A mãe foi diretora da Escola Estadual "Professor André Rodrigues de Alkmin" e o pai diretor do Colégio Comercial "Dr. Leandro Franceschini". Mais tarde a Professora Márcia ocupa a direção desse colégio. Márcia nasceu no dia 7 de outubro de 1964 em Campinas. Casada com o industrial Antônio Carlos Bertolazzi, tem dois filhos: Renan Albanezzi Bertolazzi e Marília Albanezzi Bertolazzi. Ela formou-se no curso do magistério da Escola José de Anchieta e graduou-se em duas escolas de nível superior: na UNISAL de Americana e na UNICAMP.

MINGO ZAGUI

Domingos Zagui, ou "Mingo Zagui", trabalhou praticamente toda a vida em tecelagens. Uma delas foi a tecelagem de Nicolau Jorge & Filho, como tecelão, de onde extraímos esta fotografia, da década de 1950. Mais tarde foi proprietário de uma tecelagem própria, na Rua Dom Barreto, quase em frente ao antigo Restaurante Milenita. Era casado com Clodomira Fahl Zagui, pais de um único filho: Décio Zagui.

FAMÍLIA MACARENCO

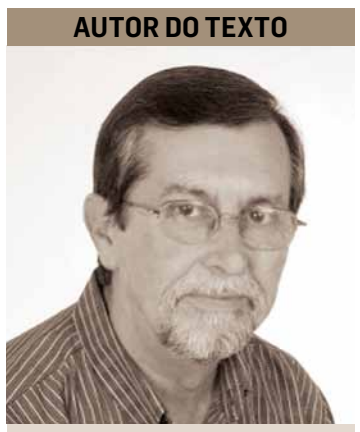
Três meninas são mostradas nesta foto de 16 de novembro de 1935: Natália Macarenco, Ana Macarenco e Olga Macarenco. Elas são filhas do casal Trofim Macarenco e Akcínia Covalenco, imigrantes russos estabelecidos na zona rural de Rebouças.

LUCILDA E ODAIR

Fotografia do casamento de Lucilda Giunco e Odair Montanheiro. Os dois são representantes da imigração italiana que povoou Rebouças no final do século XIX e início do XX. Odair trabalhou na Prefeitura Municipal de Sumaré, onde se aposentou. Nessa condição chegou a trabalhar como funcionário cedido no Colégio Estadual "Dom Jayme de Barros Câmara. O casal não teve filhos.

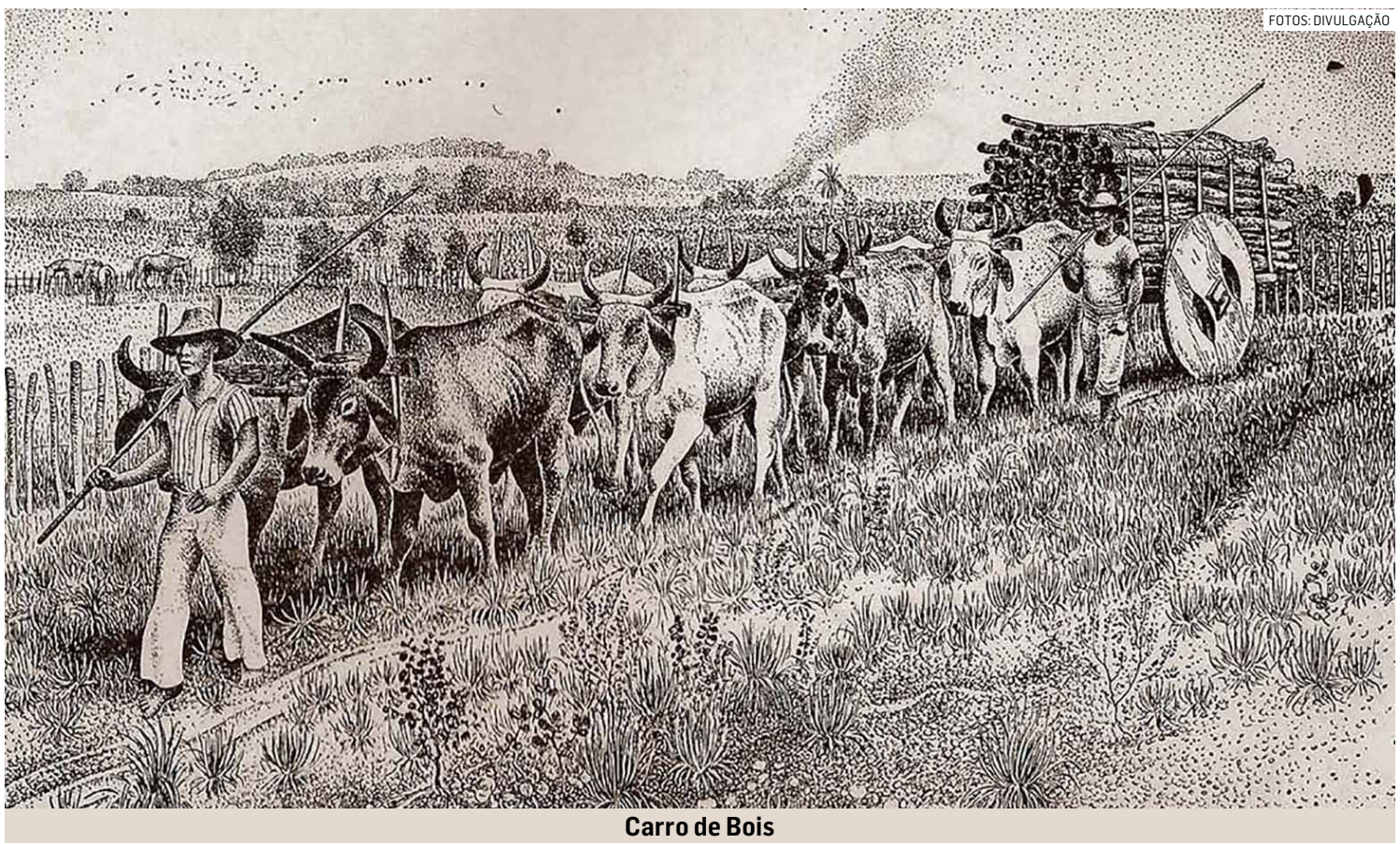
O carro de bois em Monte Mor

AUTOR DO TEXTO



Nelson de Luccas

Professor de História e Cronista



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Carro de Bois

O carro de bois foi um dos veículos mais importantes para o transporte de mercadorias até a primeira metade do século XX. Ainda hoje, é bastante utilizado em regiões mais distantes dos grandes centros, principalmente no interior de Minas Gerais. O canto do carro é sua identidade: acostumados ao passar rotineiro, bastava o zunir característico para que os ouvintes identificassem seu respectivo proprietário. Esse chiado, nascido do atrito das madeiras e alimentado pelo azeite de mamona, era o orgulho do carreiro e o acalento dos bois durante a lida.

Ao mesmo tempo em que construía riquezas e desbravava os sertões, esse conjunto — carro, bois e carreiros — também contribuía para enriquecer nosso folclore com inconstáveis histórias, tornando o Brasil único no planeta pela diversidade cultural.

O povoado que hoje conhecemos como Monte Mor teve início em 1820, com o nome de Nossa Senhora do Patrocínio de Capivari de Cima. Poucos anos depois, em 1832, foi elevado à condição de freguesia, passando a se chamar Nossa Senhora do Patrocínio da Água Choca. Nesse período, o transporte era feito principalmente por muares — burros e mulas — e pelos tradicionais carros de bois, já utilizados no Brasil desde o início da colonização.

Nos primeiros anos, a produção agrícola era modesta, mas cresceu gradualmente. Com o avanço das plantações de cana-de-açúcar e de grãos como milho, feijão e arroz, além de outros produtos, o uso do carro de bois se intensificou. Em 1871, quando a freguesia foi elevada à condição de vila com o nome de Monte Mor, a produção agrícola já era significativa. Nesse contexto, surgiram as plantações de café e também os alambiques produtores de aguardente, que dependiam dos carros de bois para transportar sua produção.

Durante a primeira metade do século XX, mais precisamente nos anos em torno de 1930, Monte Mor tornou-se um grande produtor de batatas, recebendo o título de Capital da Batata. O carro de bois ainda era usado como importante meio de transporte, mas começaram a aparecer as carroças puxadas por cavalos e os primeiros caminhões. Embora os cavalos fossem mais ágeis, não possuíam a mesma força e resistência dos bois, o que mantinha o carro de bois como símbolo de robustez e confiabilidade, especialmente em estradas malcuidadas, esburacadas, barrentas e escorregadias durante os períodos chuvosos.

Uma curiosidade marcante era o canto do carro de bois. Cada carro possuía um som característico, produzido pelo atrito do eixo lubrificado com azeite de mamona, guardado em um objeto chamado azeitadeira. Esse canto funcionava como uma espécie de identidade sonora: moradores da cidade e do campo reconheciam o proprietário de um carro apenas pelo som que ele emitia. Também era possível saber se o carro estava carregado ou vazio unicamente pela variação do canto. A cantiga, dolente e ritmada, acompanhava os passos lentos dos bois e do carreiro, criando uma atmosfera única. Tanto os animais quanto os homens se acostumavam com esse canto, que se tornava parte do trabalho e da vida cotidiana.

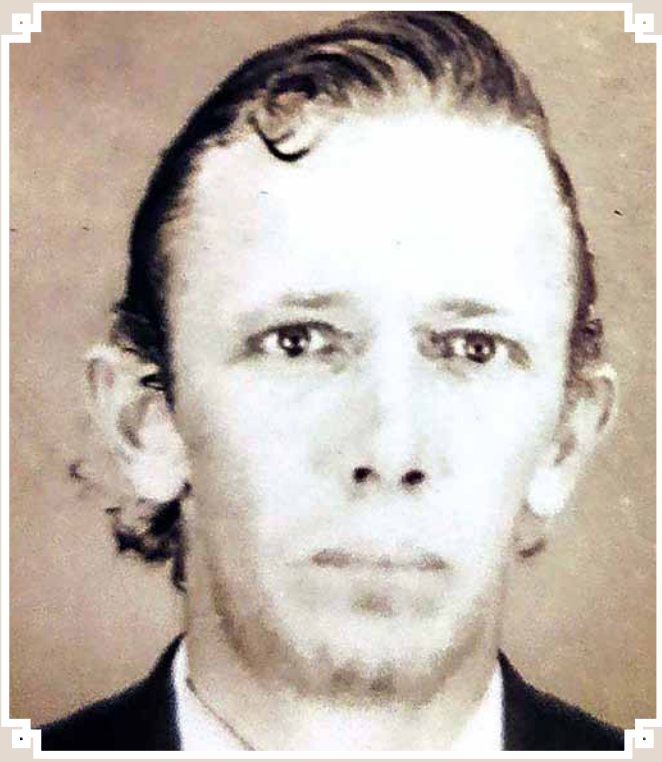
Assim, o carro de bois não foi apenas um instrumento de transporte em Monte Mor, mas também um símbolo cultural e afetivo, que marcou a memória da cidade e de sua gente.

Imagem ilustrativa: Carro de Bois- Ciclo do Carro de Bois no Brasil – Bernardino José de Souza – Companhia Editora Nacional - 1958

VIAGEM A SANTOS

Foto do início da década de 1950 retratando montemorenses na praia do Gonzaga, em Santos. Naquela década, eram comuns as excursões que levavam grupos de pessoas para passeios nas praias santistas. Da direita para a esquerda, aparecem Alexandre Batistela, Ângela de Carvalho Batistela, Irma Mangiavachi e uma mulher não identificada. À frente, deitado na areia, está Humberto Mangiavachi.

ALEX WILHELM FAHL



Alex Fahl nasceu em Monte Mor, no dia 26 de dezembro de 1944, filho de Joaquim Rodolfo Fahl e de Ernestina Wellendorf. Homem simples e dedicado, sempre viveu em sua cidade natal, onde construiu sua história e suas amizades. Na juventude, tinha grande paixão pelo futebol, esporte que marcou momentos de alegria e convivência. Reconhecido por sua disposição e espírito trabalhador, Alex deixou o exemplo de perseverança e amor pela vida. Faleceu em 13 de junho de 2007, aos 62 anos.

JOÃO JOSÉ BATISTELA

João Batistela nasceu em Monte Mor, no dia 27 de fevereiro de 1946, filho de Alexandre e Ângela Batistela. Passou sua infância e juventude em sua cidade natal, onde construiu suas primeiras amizades e memórias. Após se casar com Maria Aparecida Batistela, mudou-se para Campinas, onde continuou sua trajetória de vida. Homem de conduta ilibada, trabalhador incansável, bom pai e dedicado à família, João sempre foi exemplo de caráter e amor. Foi pai de Juliana e Ederson, cultivou muitas amizades e deixou marcas de afeto e respeito por onde passou. Faleceu em 6 de abril de 2019, aos 73 anos, sendo sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor. Sua ausência trouxe saudades profundas, mas sua lembrança permanece viva no coração de todos que tiveram o privilégio de conviver com ele.

PAULINA TIZZIANI

Paulina Tizziani Pontim nasceu em Monte Mor, no dia 26 de junho de 1823, filha de Pedro Tizziani e Maria Benedicta Giatti. Passou sua infância ao lado dos pais e, em 6 de junho de 1945, uniu-se em matrimônio a José Pontim. Mulher dedicada, foi uma esposa amorosa e uma mãe exemplar, construindo com José uma família marcada pelo carinho, pelo cuidado e pela união. Paulina viveu intensamente o valor da família, sendo lembrada por sua generosidade e pelo afeto que sempre transmitiu. Faleceu aos 95 anos, no dia 24 de dezembro de 2018, e foi sepultada no Cemitério Municipal de Monte Mor. Sua memória permanece viva no coração daqueles que tiveram o privilégio de compartilhar sua vida.